

## Pela qualidade no Ensino e igualdade de oportunidades em contexto de intervenções nas infraestruturas das IES

É cada vez mais consensual que a Educação é a chave do desenvolvimento dos países. Não só se trata de um direito fundamental do indivíduo, mas também de uma componente indispensável do desenvolvimento sustentável dos Estados. Em Portugal, esta consciência tornou-se mais clara após a entrada em regime democrático, sendo que a CRP consagra no artº73/1: “Todos têm direito à educação e à cultura”.

Em particular, e após um período de 40 anos que se caracterizou pela democratização do ensino no nosso país, o ensino superior afirma-se como um nível de formação vital ao sucesso das gerações mais novas, sendo assim uma plataforma de promoção de igualdade de oportunidades.

É, portanto, evidente a importância da manutenção de qualidade nos ciclos de estudo do ensino superior, e a razão pela qual tantas vezes se afirma que “As IES existem porque existem estudantes”. É lamentável, no entanto, que tantas vezes esta frase caia na categoria de clichê, passando a funcionar como soundbite desligado das ideias que estiveram na sua origem.

Tsinidou, Gerogiannis, Fitsilis (2010), baseando-se na escala SERVQUAL, fazem um estudo das 5 dimensões base da qualidade do ensino, sendo uma delas (e das mais relevantes na ponderação de influência) a realidade tangível, isto é, as infraestruturas, equipamentos e serviços físicos de suporte aos estudantes.

Esta dimensão merece real destaque em Portugal uma vez que são vários os exemplos nas IES das suprarreferidas condições tangíveis num estado que compromete a oferta de ensino de qualidade. Esta situação, com origem em diversas causas como a falta de investimento público, assim como alguns processos de obras de manutenção com acentuadas deficiências é facilmente observada pelos números. Desde 2009 em Portugal gastaram-se apenas cerca de 154 milhões de euros em obras públicas referentes a IES, 123 dos quais referentes às Universidades Públicas e os outros 31 relativos a Institutos Politécnicos (a diferença é justificada pelo facto de os segundos terem edifícios mais recentes que vão no entanto precisar de intervenções no futuro). Trata-se de um valor claramente insuficiente no panorama do investimento público, que já de si é deveras reduzido.

No entanto, este assunto pede, acima de uma caça aos culpados do passado, uma reflexão acompanhada por um planeamento estratégico claro que venha a evitar a perpetuação da mesma realidade no futuro. A constatação destes problemas leva rapidamente à conclusão de que muitas IES's necessitam de obras de requalificação das suas infraestruturas, como forma de potenciar o seu desempenho no futuro. Exemplo deste raciocínio é o do Magnífico Reitor da Universidade do Porto, Sebastião Feyo de Azevedo relativamente às obras na Faculdade de Economia do Porto: “um acordo exemplar entre o Reitor e os diretores das 14 faculdades para a concretização de um vasto plano de reabilitação patrimonial que envolverá, a médio

prazo, um investimento de 45 milhões de euros. Um investimento que assegurará melhores condições de ensino, de investigação e de apoio social a estudantes, professores e investigadores, num esforço que terá um impacto significativo na qualidade do trabalho realizado pela Universidade do Porto”.

Embora este seja um objetivo e uma estratégia que valorizamos e na qual nos reconhecemos enquanto estudantes, é de alertar que a atividade formativa das IES's não congela durante períodos de obras. Assim, todos os processos de melhoramento das condições tangíveis devem ter em constante atenção as condições que os alunos têm no momento preciso das intervenções. Entendemos que, numa mentalidade de privilegiar o ensino de qualidade, olhar para o amanhã ignorando o hoje pode ser paradoxal. As condições necessárias para um ensino de excelência não devem, e sobretudo não podem, ser ignoradas.

Urge que as intervenções nas infraestruturas das IES's sejam feitas com metódico planeamento que garanta condições de qualidade aos seus estudantes durante o processo. Outra forma de atuar viola princípios que se consideram imprescindíveis, como:

- a) Acesso a um ensino de qualidade;
- b) Igualdade de oportunidades.

O primeiro destes pontos está presente porque por várias vezes se tem visto instalações apenas em parte disponíveis, ou instalações provisórias, ambas em realidades desadequadas ao ensino, como salas de aula sem condições mínimas para aprendizagem, redução da capacidade das bibliotecas ou até mesmo o seu encerramento, condições físicas dos edifícios não razoáveis a uma boa prestação dos estudantes durante os meses de inverno e a eliminação de outros serviços como cantinas de serviços sociais.

O segundo ponto parte do facto de todas as questões acima referidas se fazerem sentir de forma mais violenta em estudantes com dificuldades financeiras ou limitações motoras. Sendo a Universidade o local de excelência para servir de base à escada social e criar uma sociedade igual para todos em oportunidades, em que o sucesso de cada um depende do seu mérito e não de onde e como nasceu, os problemas acima referidos, como a questão do encerramento de bibliotecas, de serviços sociais de alimentação, de falta de estruturas de acessibilidade a pessoas com limitações motoras tornam-se algo que a comunidade estudantil não pode tolerar. É, portanto, urgente que o movimento associativo se manifeste e dê plataforma ao tema, de forma a defender os interesses dos estudantes que democraticamente elegeram os Dirigentes Associativos presentes em sede de ENDA.

Assim, as Federações e Associações Académicas e de Estudantes, reunidas em Encontro Nacional de Direções Associativas, na Covilhã, no dia 4 de Março de 2018, exigem:

1. Um processo de avaliação rigoroso da qualidade das infraestruturas das IES, elaboração de planeamentos adequados de manutenção das mesmas, e de requalificação quando houver necessidade.

2. Que as IES em processos de manutenção ou requalificação das suas instalações garantam todas as condições logísticas necessárias ao normal funcionamento da vida dos estudantes na IES, nomeadamente a nível de infraestruturas como as salas de aula, bibliotecas, cantina dos serviços sociais, etc.

3. Que todo e qualquer processo de manutenção ou requalificação das IES aconteça com a garantia de total e fácil acessibilidade às instalações e serviços fornecidos para os cidadãos com mobilidade reduzida.

Proponente: Associação de Estudantes da Faculdade de Economia do Porto.

Destinatários: Ministério do Planeamento e Infraestruturas; Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

Com conhecimento: Secretaria de Estado das Infraestruturas, CRUP, CCISP, APESP.

Fonte:

Observatório das Obras Públicas

Tsinidou, Maria; Gerogiannis, Vassilis; Fitsilis, Panos; (2010): Evaluation of the factors that determine quality in higher education: an empirical study-Technological Educational Institute (TEI) of Larissa, Larissa, Greece